

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/19

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

TIPO DE JULGAMENTO: menor preço por item

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL.

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS** unitários para o **FORNECIMENTO DE MATERIAL AMBULATORIAL** especificados no Anexo III deste Edital, que será regido pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, pelo Decreto nº 1312/18, de 13 de dezembro de 2018, e pelas condições deste Edital.

HORA: 9h

DATA: 22/11/2019

LOCAL: Centro Administrativo, situado na Avenida Pereira Rego, nº 1665, fundos, sala 08 – DIVISÃO DE LICITAÇÕES, em Candelária – RS.

Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços de MATERIAL AMBULATORIAL especificados no ANEXO III.

1.2. Todos os produtos deverão estar em compatibilidade com as normas técnicas exigíveis.

1.3. Os produtos entregues deverão ter garantia contra defeitos de fabricação, a contar da data de expedição do termo de recebimento definitivo e/ou carimbo de certificação/aceitação do objeto da fatura.

1.4. O prazo de duração do registro de preços será de 12 meses a contar da homologação do processo licitatório.

1.5. Os fornecedores que cotarem os itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 20, 30, 31, 32, 33, 40 e 44, na sua embalagem original ofertada, podendo apresentar uma unidade apenas,



acompanhada de ficha técnica completa, em até 5 (cinco) dias úteis que antecedem a data de abertura do edital, não serão devolvidas as amostras.

1.6. A amostra deverá ser identificada com os seguintes dados: razão social da licitante, n.º da concorrência, n.º do item, marca, fabricante e rótulo, conforme especificações técnicas dos materiais. Os rótulos dos produtos devem estar de acordo com as normativas da ANVISA.

1.7. As amostras deverão ser entregues em caixas fechadas - contendo a(s) amostra(s) devidamente identificadas, acompanhada de uma relação, constando a licitante e os respectivos itens apresentados, no Almoxarifado Central, sito à Rua Lopes Trovão, nº 610, Candelária/RS, CEP 96930-000, telefone: (51)3743-8100, ramal 571, e-mail: almoxarifado@candelaria.rs.gov.br, com o servidor César Weiss.

1.9. O Setor Técnico Secretaria Municipal da Saúde, analisará as amostras, e expedirá termo de aprovação/reprovação, que será anexado aos autos do processo. Sendo aprovada a(s) amostra(s), a licitante estará apta à concorrência. Caso não seja aprovada a(s) amostra(s), a comissão de licitações desclassificará os respectivos itens. As amostras não serão devolvidas.

1.10. As empresas que não apresentarem amostras nos itens solicitados serão automaticamente desclassificadas.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Os interessados em participarem da presente licitação, representados por pessoa credenciada autorizada a prática de todos os atos e termos do procedimento, deverão apresentar documentação e proposta em 2 (dois) envelopes distintos fechados e indevassáveis, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
CONCORRENCIA Nº 16/19
ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
CONCORRENCIA Nº 16/19
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

2.2. Não poderão participar desta licitação as empresas que se enquadram no disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93.

3. DA HABILITAÇÃO



3.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:

a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo em anexo.

b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2. REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Alvará de localização fornecido pelo Município do estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativas ao domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativas ao domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA

a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

3.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.



3.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Alvará Sanitário atualizado, emitido por órgão da Vigilância Sanitária de domicílio ou sede do licitante.

OBSERVAÇÕES:

3.2. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

3.2.1. As cooperativas que tenham auferido no ano calendário, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 34, de Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem no envelope de habilitação, declaração de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

3.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor designado ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

3.4. Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

3.5. A microempresa e a empresa de pequeno porte bem como a cooperativa que atender ao item 3.1 alínea 'c' e possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, previstos nos itens 3.1.2 e 3.1.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.6. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.7. O prazo de que trata o item 3.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.8. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.5 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 10, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



4. DA PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser preenchida pela licitante no PORTAL DE AUTOATENDIMENTO, no site oficial da Administração Pública na internet, através do seguinte endereço eletrônico: <https://candelaria.atende.net/?pg=autoatendimento#!/>, mediante acesso na aba 'ENVIAR PROPOSTA DE LICITAÇÕES'.

4.1.1. A proposta sempre deverá ser preenchida na íntegra, sendo que em caso de preenchimento parcial a mesma pode ser complementada através da rotina de alteração.

4.1.2. O sistema permitirá apenas a importação de uma única proposta por fornecedor.

4.1.3. A proposta será armazenada criptografada, de forma que ficará ilegível para a Administração Pública e/ou terceiros.

4.1.4. A única forma de recuperar esta informação será utilizando a chave de descryptografia, que será impressa no relatório das propostas, que será gerado após o cadastro da licitante.

4.1.5. Em razão do disposto no item 4.1.4, a Administração Pública recomenda que o relatório seja guardado pela licitante em segurança, pois se for necessário realizar alguma alteração em sua proposta, esta terá que informar esta chave ou terá que digitar todos os valores novamente.

4.2. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá, ainda, ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) razão social da empresa;
- b) descrição completa do produto ofertado, indicando apenas **uma marca por item, sob pena de desclassificação**;
- c) **preço unitário** líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;
- d) a chave de descryptografia, que será impressa no relatório das propostas, conforme o disposto no item 4.1.4 deste Edital;
- e) Registro na ANVISA e ou INMETRO, devidamente identificado de acordo com o número do item para todos;
- f) Autorização de funcionamento – AFE, emitido junto à ANVISA, exceto para o item 44.



Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

4.3. APÓS A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO SERÁ ACATADO QUALQUER PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM, SEJA POR MEIO DE E-MAIL, OU QUALQUER OUTRO MEIO, COM JUSTIFICATIVA QUE HOUVE ERRO DE DIGITAÇÃO.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. Para efeito de julgamento da melhor proposta, será observado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

5.2. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6. DO DESEMPATE

6.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (que atenderem aos requisitos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007), que comprovarem tal condição na forma estabelecida neste edital.

6.1.2. Considera-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais (empate real) ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).

6.1.3. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

6.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea “a” deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado o sorteio para estabelecer a ordem em



que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.3. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.1.2, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.4. O disposto nos itens 6.1 a 6.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.5. Após a aplicação do disposto nos itens 6.1 a 6.3 do edital, se existir mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.6. Permanecendo o empate após a aplicação do disposto no item 6.5, será realizado sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Somente serão aceitas as propostas cujo preço unitário ofertado não seja superior ao valor unitariamente estimado pelo Município, conforme ANEXO III.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

9. DOS PRAZOS, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

9.1. Os itens deverão ser entregues em no máximo 10 (dez) dias contados a partir da emissão da nota de empenho, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, no Almoxarifado Central, Rua Lopes Trovão, 610 – Centro – Candelária – RS – CEP 96.930-000.

9.1.1. A nota de empenho será enviada através do Almoxarifado Central pelo email: almoxarifado@candelaria.rs.gov.br

9.2. Além da entrega no local designado pelo Município, deverá a Contratada também descarregar e armazenar os materiais, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos.



9.3. Toda e qualquer entrega, fora do local e/ou fora das especificações estabelecidas fará com que a Contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/substituir os mesmos, o que fará prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento /substituição, sendo aplicadas se necessário as medidas cabíveis em lei quanto ao descumprimento.

9.4. Se os objetos se estiverem de acordo com Edital e seus Anexos, serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega dos materiais, ficando a cargo do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Candelária – SMS pela fiscalização da contratação, a expedição do Termo de Recebimento Provisório e/ou carimbo de recebimento, em face de necessidade de verificação das quantidades e especificações do objeto;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento provisório, ficando a cargo da fiscalização do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Candelária – SMS a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e/ou aposição do carimbo de certificação / aceitação do objeto na Nota Fiscal / Fatura, bem como a designação da nota fiscal ao Setor de Pagamentos da Prefeitura Municipal.

9.5. A fiscalização por parte do Município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao Município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação / desconformidades com as Normas Técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do Contrato.

9.6. Verificada alguma desconformidade nos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

9.7. Os funcionários do Setor de Compras estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material/serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

9.8. O fiscal da(s) ata(s) será o servidor César Weiss.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

10.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.3. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.



10.4. Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos itens previstos no objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções o Contratante poderá rejeitar o recebimento dos objetos, dispondo a Contratada de um prazo de 05 (cinco) dias úteis para proceder às correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados à vista após a entrega dos materiais/serviços, através do Banco/Tesouraria, mediante apresentação da nota fiscal que deve conter a modalidade e o número da licitação, bem como os dados bancários atualizados.

11.1.1. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, dados bancários atualizados e número da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

11.2. Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

12. REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente registro de preços.

12.2. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

12.3. O Fornecedor do registro de preços deverá solicitar a atualização dos preços vigentes formalmente ao Município de Candelária, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Município.

12.4. O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

13. DO PROCEDIMENTO

13.1. No local, dia e hora indicados neste edital, serão recebidos os envelopes nº1 (Habilitação) e nº 2 (Propostas).

13.2. Após o presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para entrega dos invólucros, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações à documentação e propostas já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, com finalidade meramente elucidativa.



13.3. Aberto os envelopes, os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão.

13.4. Serão consideradas automaticamente inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento ou não atendam, satisfatoriamente as condições deste edital.

13.5. Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá a abertura dos envelopes nº2, em sessão pública previamente designada, que poderá ser a mesma prevista no item 13.1, se presentes os prepostos de todas as licitantes habilitadas ou não, desistirem da faculdade de interposição de recurso, de modo expresse, mediante o registro da circunstância em ata.

13.6. Após decorrida a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por justo motivo decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão.

13.7. Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas serão devolvidos, ainda indevassáveis, desde que a empresa venha retirá-los diretamente na Divisão de Licitações, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

13.8. Abertas as propostas financeiras, estas serão examinadas e rubricadas pela Comissão e pelos Representantes das licitantes.

13.9. A Comissão de Licitações, reserva-se o direito de realizar a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências ou verificações no sentido de aquilatar a consistência dos dados ofertados pelas licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

13.10. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

13.11. De cada fase do procedimento será lavrada ata circunstanciada, que assinada pela Comissão de Licitações e quando for o caso, pelas licitantes presentes.

14. DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á correspondente Ata de Julgamento e Classificação das Propostas, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial, o site do Município para ciência dos interessados e efeitos legais.

14.2. Homologado pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços registrados serão registrados no Sistema de Registro de Preços do Município, que poderá convocar quando necessário, a celebração das contratações decorrentes, mediante empenho, durante o período de sua vigência e nas condições deste edital.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

15.2. Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

15.3. Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

15.4. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.5. Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.6. Só terão direito de usar a palavra, rubricar os documentos, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

15.7. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

15.8. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação a presente concorrência encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, na Divisão de Licitações.

15.9. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.10. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e o número de telefone.

15.11. As cópias extraídas da internet dos documentos solicitado neste edital, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

15.12. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.13. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.14. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.



15.15. A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.16. Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

15.17. Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III - Planilha de Quantitativo e custo unitário.

Anexo IV – Minuta da ata de registro de preços.

15.18. Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº842 de 10 de maio de 2013.

15.19. Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto ao Setor De Licitações, em dia e horário de expediente, pelo fone (51) 3743-8106 ou pelos emails licitacoes@candelaria.rs.gov.br e licitacoes2@candelaria.rs.gov.br.

Candelária, 08 de outubro de 2019.

Assinado digitalmente por:

NESTOR RUBEM ELLWANGER

Vice - Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por:

DIONATAN TAVARES DA SILVA

Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Concorrência Pública nº 16/19

foi revisado em 11 de outubro de 2019, e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto e sua descrição, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

Assinado digitalmente por:

TANAELA ELLWANGER MULLER

Subprocuradora do Município
OAB/RS Nº 86.371

Assinado digitalmente por:

FRANCIÉLE SCHRÖDER

Procuradora-Geral do Município
OAB/RS Nº 95.508

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação),
....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em atendimento ao previsto na Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02 e de acordo com a previsão da Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXXIII, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II



DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresanão foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

.....
(data)

.....
(nome)



PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS

ITEM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	UN	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO
1	1	20	LT	ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL 2% FRASCO DE 01 LITRO.	R\$ 106,12
2	1	2000	UN	ATADURA DE CREPOM 10 CM COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO;	R\$ 0,76
3	1	2000	UN	ATADURA DE CREPOM 15 CM, COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO;	R\$ 1,39
4	1	2000	UN	ATADURA DE CREPOM 20 CM COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO;	R\$ 1,75
5	1	100	UN	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES PREVENTIVOS E LÂMINAS DE TB, EM TNT BRANCO, PACOTE COM 10 UNIDADES.	R\$ 10,17
6	1	2000	UN	ATADURA DE CREPOM (ELÁSTICA) 10 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA);	R\$ 1,23
7	1	2000	UN	ATADURA DE CREPOM (ELÁSTICA) 15 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA)	R\$ 1,59
8	1	2000	UN	ATADURA DE CREPOM (ELÁSTICA) 6 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA).	R\$ 1,06



9	1	2000	UN	ATADURA DE CREPOM (ELÁSTICA) 8 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA).	R\$ 1,22
10	1	2000	UN	ATADURA DE CREPOM (ELÁSTICA) 20CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54% POLIAMIDA).	R\$ 2,30
11	1	100	UN	BABADOR DE PAPEL C/100 - (EM DUAS CAMADAS 1 DE PAPEL E A OUTRA DE PLÁSTICO);	R\$ 16,48
12	1	30	UN	BANDAGEM PARA ESTANCAMENTO DE SANGUE BEGE (CAIXA COM 500 UNIDADES)	R\$ 16,69
13	1	100	UN	CLOREXIDINA AQUOSA 2%. SOLUÇÃO ANTI-SEPTICA PARA SONDAGEM. FRASCO COM 1 LITRO.	R\$ 18,41
14	1	100	UN	CLOREXIDINA ALCOÓLICA 5%. SOLUÇÃO ANTI-SEPTICA PARA LIMPEZA DE PELE ANTES DE PROCEDIMENTOS INVASIVOS. FRASCO COM 1 LITRO.	R\$ 17,78
15	1	50	UN	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL ,COM SISTEMA TRANCA FLUIDO, ESTÉRIL, NÃO ADESIVO, CONTENDO IBUPROFENO COMO COMPONENTE ATIVO. MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA E BORDAS BISELADA, TAMANHO 15X15 CM.	R\$ 115,63
16	1	50	UN	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL, COM SISTEMA TRANCA FLUIDO, ESTÉRIL, NÃO	R\$ 76,89



				ADESIVO, CONTENDO IBUPROFENO COMO COMPONENTE ATIVO, MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA. TAMANHO 10X10 CM.	
17	1	50	UN	CURATIVO HIDROPOLIMERO DE ESPUMA DE POLIURETANO ESTÉRIL, COM MEMBRANA SELETIVA, NÃO ADESIVA, BORDAS BISELADAS, ANTIBACTERIANO, IMPREGNADO COM PRATA IÔNICA, SISTEMA TRANCA FLUIDO, TAMANHO 5X8CM PARA CAVIDADE. TAMANHO 5X8CM.	R\$ 57,48
18	1	100	L	DETERGENTE ENZIMÁTICO A BASE DE ENZIMAS (AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE) PARA OPERAÇÕES DE LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS EM INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS - HOSPITALARES. REGISTRO NA ANVISA. POSSUIR LAUDO TÉCNICO DE ANÁLISE. EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 1L.	R\$ 56,12
19	1	200	GAL	DESINFETANTE HOSPITALAR 5 LTS, DESTINADO À DESINFECÇÃO E LIMPEZA DE SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO-CRÍTICOS, COMO PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES DURAS E NÃO-POROSAS COMO AZULEJOS, CERÂMICAS, METAIS, PORCELANATOS, ETC., EM HOSPITAIS, ENFERMARIAS, CLÍNICAS, CONSULTÓRIOS MÉDICOS E	R\$ 401,33



				DENTÁRIOS. RENDIMENTO TOTAL DA BOMBONA DE 5 LITROS DE NO MÍNIMO : 100 LITROS. PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO DE DIALQUIL-DIMETIL AMÔNIO E CLORIDRATO DE POLIEXAMETILENO BIGUANIDA. O PRODUTO DEVE POSSUIR REGISTRO JUNTO A ANVISA.	
20	1	200	L	HIPOCLORITO 1% FRASCO DE 1 L	R\$ 12,79
21	1	200	UN	EQUIPO MICROGOTAS,PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL, TUBO EM PVC , ATÓXICO E APIROGÊNICO,PINÇA ROLETE PARA DOSAGEM DE VOLUME,ENTRADA DE AR,FILTRO DE PARTÍCULA, INJETOR LATERAL AUTOCICATRIZANTE.	R\$ 1,74
22	1	200	UN	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL SIMPLES, ESTÉRIL, PARA SER UTILIZADO JUNTO COM FRASCO DE ALIMENTAÇÃO. NA COR AZUL (ESPECIFICAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL). EMBALAGEM COM INFORMAÇÃO DE ACORDO COM RDC 185/2001. COM REGISTRO NA ANVISA.	R\$ 1,80
23	1	100	UN	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300 ML.	R\$ 1,10
24	1	10	CX	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 3-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.	R\$ 38,43
25	1	10	CX	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 4-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.	R\$ 41,05

26	1	10	CX	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 5-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.	R\$ 37,24
27	1	10	CX	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 6-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.	R\$ 40,03
28	1	250	CX	TIRA REAGENTE PARA GLICEMIA CAPILAR, COM LEITURA POR AMPEROMETRIA, APRESENTAÇÃO DO RESULTADO ATARVÉS DE MONITOR PORTÁTIL COM MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 300 RESULTADOS DE MEDIÇÕES, LEITURA NA FAIXA DE 20 A 600MG-DL, SENDO ACEITOS VALORES INFERIORES A 20 MG. O RESULTADO DEVE SER RÁPIDO, EM ATÉ 10 SEGUNDOS E VOLUME DE AMOSTRA DE NO MÁXIMO 02(DOIS) MICROLITROS, APLICADA DIRETAMENTE NA TIRA REATIVA. EMBALAGEM CONTENDO 50 TIRAS, DEVE APRESENTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E Nº DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMPRESA DEVERÁ FORNECER NO MÍNIMO 25 MONITORES DE LEITURA, EM FORMA DE COMODATO, BEM COMO SUBSTITUIR OS MESMOS QUE APRESENTAREM DEFEITOS.	R\$ 38,12
29	1	800	CX	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX, TAMANHO M, CAIXA COM 100 UNIDADES.	R\$ 23,12
30	1	800	CX	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX, TAMANHO P, CAIXA	R\$ 23,48



				COM 100 UNIDADES.	
31	1	300	CX	LUVAS DE PROCEDIMENTOS EM LÁTEX, TAMANHO G, CAIXA COM 100 UNIDADES..	R\$ 22,99
32	1	800	CX	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LATEX, TAMANHO PP, CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 22,97
33	1	30	UN	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO - ADULTO.	R\$ 13,23
34	1	20	UN	MICRONEBULIZADOR ADULTO PARA AR. MÁSCARA COM ABERTURA PARA EVITAR CONCENTRAÇÃO DE GÁS CARBÔNICO EM SEU INTERIOR; RECIPIENTE COM COPO GRADUADO DE 5 A 15ML; EXTENSÃO TRANSPARENTE E NÃO TÓXICA COM 1,50MTS; CLIQUE DE SEGURANÇA NA VEDAÇÃO DO COPO X TAMPA.	R\$ 11,54
35	1	100	CX	MICRO LANCETA PICADORA DE SANGUE EM AÇO INOX, INJETADO COM POLIETILENO, FITA EM AÇO INOX TRIFACETADA E CAPA PLÁSTICA EM POLIETILENO. LÂMINA AFIADA, DIMENSIONADA PARA COLETA DE QUANTIDADE REQUERIDA PARA EXAMES ESPECÍFICOS - TESTE DO PEZINHO. CAIXA COM 100 UNIDADES REGISTRO NA ANVISA.	R\$ 65,83
36	1	20	UN	MICRONEBULIZADOR INFANTIL PARA AR. MÁSCARA COM ABERTURA PARA EVITAR CONCENTRAÇÃO DE GÁS CARBÔNICO EM SEU INTERIOR; RECIPIENTE COM COPO	R\$ 11,54



				GRADUADO DE 5 A 15ML; EXTENSÃO TRANSPARENTE E NÃO TÓXICA COM 1,50MTS; CLIQUE DE SEGURANÇA NA VEDAÇÃO DO COPO X TAMPA.	
37	1	100	UN	PORTA LÂMINA CP COM CAPACIDADE PARA TRÊS LÂMINAS.	R\$ 0,90
38	1	10	L	SOLUÇÃO DE SCHILLER, COMPOSTA POR 5% DE IODO E 10% DE IODETO DE POTÁSSIO EM ÁGUA DESTILADA; FRASCO DE 1 LITRO.	R\$ 198,00
39	1	100	CX	CURATIVO ADESIVO TRANSPARENTE 19X76MM. CAIXA COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES.	R\$ 7,36
40	1	10	CX	TESTE RÁPIDO PARA GRAVIDEZ, CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 113,25
41	1	30	UN	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PORTÁTIL ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PORTÁTIL, TIPO PISTOLA, COM PILHAS INCLUSAS, COM MIRA LASER, DISPLAY LCD ILUMINADO; FAIXA DE LEITURA EM °C OU °F COM ESCALA ENTRE: - 50+300°C; COM BOLSA PARA TRANSPORTE INCLUSA; RESOLUÇÃO DO DISPLAY: 0,1°C/F.	R\$ 100,47
42	1	20	UN	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO - INFANTIL.	R\$ 14,52
43	1	2000	UN	REPELENTE PARA PROTEÇÃO CONTRA A PICADA DE MOSQUITOS, ESPECIALMENTE DO AEDES AEGYPTI, DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA,	R\$ 20,43



				CONTER A SUBSTÂNCIA DIETILTOLUAMIDA (DEET) NA CONCENTRAÇÃO DE 10%, E EFICÁCIA DE PROTEÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 4 HORAS, SEM ODOR, NÃO TÓXICO, NÃO OLEOSO, HIPOALÉRGICO, DEVE CONTER NO ROTULO A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES - FRASCO COM NO MÍNIMO 200ML, APRESENTAÇÃO AEROSOL OU SPRAY.	
44	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DETEA TREE PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA , 10 ML.	R\$ 54,85
45	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE GERÂNIO PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA,10 ML.	R\$ 86,93
46	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE LAVANDA PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 69,45
47	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE SÂNDALO PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 75,13
48	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE ROSAS PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 267,23
49	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE SÁLVIA ESCLAREIA PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 115,43
50	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE ALECRIM PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 54,45



51	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE PATCHOULI PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 84,08
52	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE CIPRESTE PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 61,73
53	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE TANGERINA PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 60,38
54	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE TOMILHO PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 82,40
55	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE HORTELÃ PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 49,63
56	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE MANDARINA PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 68,43
57	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE PIPER NIGRUM PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 125,53
58	1	30	UN	ÓLEO ESSENCIAL DE OLIBANO PURO E SEM ADIÇÃO DE ADITIVOS, PARA AROMATERAPIA, 10 ML.	R\$ 153,60
59	1	30	UN	DIFUSOR ELÉTRICO DE CERÂMICA ESMALTADA, BIVOLT AUTOMÁTICO E PLUG QUE SE ADAPTA À ORIENTAÇÃO DA TOMADA, TENSÃO: 127-220V E POTENCIA DE 5W, RECIPIENTE COM CAPACIDADE DE ARMazenar 10ML. PRODUTO	R\$ 67,23



				CERTIFICADO PELO INMETRO.	
60	1	30	CX	AGULHA ACUPUNTURA 25/30, CABO ESPIRAL INOX, ESTERILIZADA COM MANDRIL DE PLÁSTICO. CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 115,27

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____(MINUTA)

CONCORRÊNCIA Nº 16/19

Aos ____ dias do mês de ____ de ____, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, CNPJ Nº 87.568.911/0001-06, situada na Av. Pereira Rego, 1665, o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas na CONCORRÊNCIA Nº 16/19, para REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL AMBULATORIAL por deliberação da Comissão de Licitação, homologada em _____ e publicada em imprensa oficial, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege a Concorrência, aquela enunciada abaixo e nos itens que se seguem.

Itens_____: (nome da empresa), CNPJ:_____ com sede na _____, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. _____, RG nº _____ e CPF nº _____;

1 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital da CONCORRÊNCIA Nº 16/19, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.1. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 1312/18, de 13 de dezembro de 2018, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 – CONTRATO

3.1. Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme disposto nos subitens 5.1 a 5.12.

3.2. Não haverá reajuste de preços durante a vigência da ata.

3.3. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4 – PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “RELATÓRIO VENCEDOR”, em anexo a essa Ata.

5 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO

5.1. As solicitações de fornecimento à contratada por parte da Prefeitura serão feitas por escrito, através de notas de empenhos com cópia obrigatória para os fornecedores, que poderá ser entregue diretamente para as contratadas ou encaminhados por meios eletrônicos.

5.2. O(s) objeto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) no Almoxarifado Central, Rua Lopes Trovão, nº610, Bairro Centro, Candelária/RS, de segunda-feira à sexta-feira, das 08h às 11:30, e das 13:30 às 17h, em no máximo 10 dias após o envio da nota de empenho.

5.2.1. A nota de empenho será enviada através do Almoxarifado Central pelo email almoxarifado@candelaria.rs.gov.br.

5.3. Além da entrega no local designado pelo Município, deverá a Contratada também descarregar e armazenar os materiais, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos.



5.4. Toda e qualquer entrega fora do local e/ou fora das especificações estabelecidas fará com que a Contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/substituir os mesmos, o que fará prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento /substituição, sendo aplicadas, se necessário.

5.5. O objeto se estiver de acordo com Edital e seus Anexos, será recebido:

a) Provisoriamente, no ato da entrega dos materiais, ficando a cargo do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Candelária – SMS, pela fiscalização da contratação, a expedição do Termo de Recebimento Provisório e/ou carimbo de recebimento, face a necessidade de verificação das quantidades e especificações do objeto;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento provisório, ficando a cargo da fiscalização do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Candelária – SMS a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e/ou aposição do carimbo de certificação / aceitação do objeto na Nota Fiscal / Fatura, bem como a designação da nota fiscal ao Setor de Pagamentos da Prefeitura Municipal.

5.6. A fiscalização por parte do Município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao Município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação / desconformidades com as Normas Técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

5.7. Durante a execução do Contrato/Nota de Empenho, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo Município dentro dos prazos estipulados, bem como, não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.

5.8. Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do(s) produto(s) desde que obedecidas as condições do edital da Concorrência que precedeu a formalização dessa Ata.

5.9. Os produtos rejeitados, por estarem em desacordo com as especificações ou condições exigidas no contrato, deverão ser retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega;

b) em até 48 horas após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.10. A recusa da contratada em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

5.11. A Prefeitura Municipal promoverá ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.



5.12. Os pagamentos serão efetuados à vista, após a entrega dos materiais, através do Banco/Tesouraria, mediante apresentação da nota fiscal que deve conter a modalidade e o número da licitação, bem como os dados bancários atualizados.

6 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

6.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “d)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7- PENALIDADES

7.1. Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.
- b) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.



c) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2. Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos produtos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 5 (cinco) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

8 - FISCALIZAÇÃO

8.1. Cabe a prefeitura proceder à fiscalização rotineira do material recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

8.2. Os funcionários do setor de compras estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

8.3. As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao fornecedor, no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

8.4. O fiscal da ata será o servidor CÉSAR WEISS representando o Almoxarifado Central.

9 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

9.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a



ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10 – FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

11 – CÓPIAS

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1), Procuradoria Jurídica;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pelo Sr. _____, representando a EMPRESA.

Candelária, em _____ de _____ de 2019.

NESTOR RUBEM ELLWANGER

Vice - Prefeito Municipal
Empresa

Representante da

TESTEMUNHAS:

